

Matheus Gazzola Tussi

NA LETRA DA LEI

The background features a faint, stylized illustration of a stack of books on the left and a scale of justice on the right, both rendered in a light purple color that blends with the dark purple background.

**Um projeto de letramento
jurídico para o Ensino Médio**

NA LETRA DA LEI

**Um projeto de letramento
jurídico para o Ensino Médio**

Matheus Gazzola Tussi

NA LETRA DA LEI

**Um projeto de letramento
jurídico para o Ensino Médio**

**O autor
2020**

Copyright © 2020 por Matheus Gazzola Tussi
Todos os direitos reservados.

Material produzido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

Projeto gráfico, diagramação e capa: Niura Fernanda Souza
Revisão: Janaíne Kronbauer dos Santos
Leitura crítica: João Carlos Oliveira Azevedo
Supervisão técnica: Veronice Camargo da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tussi, Matheus Gazzola Na letra da lei [livro eletrônico] : um projeto de letramento jurídico para o ensino médio / Matheus Gazzola Tussi. – Capão da Canoa, RS: Ed. do Autor, 2020. 1 Mb; PDF ISBN 978-65-00-04763-9 1. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. 2. Educação – Finalidades e objetivos. 3. Ensino – Legislação – Brasil. 4. Ensino médio. 5. Letramento jurídico. 6. Língua portuguesa. I. Título. 20-38277 CDD - 370.11

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa: Letramento jurídico:
Educação 370.11

Maria Alice Pereira - Bibliotecária – CRB-8/7964

Contato com o autor
matheus.tussi@gmail.com

Formulário para avaliar esta obra e compartilhar sua experiência
<https://forms.gle/2zGKevoovQSSRg5h7>

Site
www.letramentojuridico.com.br

Aos professores e colegas da Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

SUMÁRIO

- 6** Introdução
- 15** Módulo 1 – Da prática social ao gênero | Dos problemas da cidade às leis
- 21** Módulo 2 – Compreensão do gênero | As leis no mundo e no Brasil
- 33** Módulo 3 – Pesquisa e Produção | Buscando soluções para problemas locais
- 41** Um convite a você, professor
- 42** Referências
- 44** Anexo 1 – Modelo de projeto de lei
- 45** Anexo 2 – Partes do projeto de lei
- 46** Anexo 3 – Competências e habilidades da BNCC aplicáveis a este projeto

INTRODUÇÃO

Neste breve texto introdutório, pretendo explicar algumas questões básicas deste projeto quanto ao seu objetivo, aos aportes teóricos selecionados e à relação com a Base Nacional Comum Curricular.

Linhas gerais desta proposta

Este projeto foi pensando para que alunos de Ensino Médio olhem para o seu local, o município, e pensem em problemas e soluções, a fim de que percebam, na sequência, o papel das leis para buscar essas melhorias e o quanto eles podem ajudar. Ao fim, teremos contribuído, com este projeto, para o que chamamos de letramento jurídico.

Não se trata de um livro-texto, também não é um livro didático, não é uma sequência didática para os alunos, não é um guia para eles. É sim um material didático para você, professor. Quero aqui propor um projeto de estudo do gênero legislação bastante flexível, que possa orientar seu trabalho. O que proponho são caminhos possíveis. Tudo vai depender do seu contexto escolar: escola pública ou privada, grau de autonomia do professor, possibilidade de interdisciplinaridade, relação com a turma, município pequeno ou grande etc. Sendo assim, cada professor que puder se utilizar dessas orientações terá, ao final, o seu projeto, delineado a partir deste material didático.

Quero dizer, em primeiro lugar, que ele só existe por causa da percepção de que as aulas de Língua Portuguesa devem servir para um objetivo bem concreto: a mobilidade social pelo uso da linguagem. No sentido de que diferentes contextos pedem línguas diferentes, é preciso conhecer essas diferenças e ter a consciência de usá-las no momento adequado. Por isso o viés dos letramentos e dos gêneros discursivos, que ao meu ver deveriam constituir o balizamento de qualquer currículo escolar.

A intenção não foi produzir um projeto para entendimento de toda a complexidade do Direito na Educação Básica, mas sim um projeto de estudo do gênero legislação a partir da Língua Portuguesa como componente curricular. O ponto de vista teórico dos letramentos e dos gêneros discursivos, explicado no próximo ponto, faz com que entendamos que o campo do Direito precisa ser compreendido para que os textos que nele circulam, como as leis, também o possam. Ou seja, quanto mais o estudante puder entender as relações existentes no campo, mais entenderá o texto, que não circula livremente, mas existe por causa do campo, sofre as limitações impostas pelo campo e, ao mesmo tempo, ajuda a formar o próprio campo.

O objetivo não é a análise linguística em si, mas a compreensão da circulação do gênero no campo, sua produção, recepção, suas consequências e agentes envolvidos. No dizer de Marcuschi (2007, p. 29), quando se estudam os gêneros, o foco não está na forma linguística, mas sim na prática comunicativa, a fim de “realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”.

Os estudos dos gêneros discursivos por vezes acontecem olhando para o gênero como objeto de estudo. Observa-se o gênero, detalham-se suas características e tenta-se produzir algo semelhante. Na perspectiva dos letramentos, aqui adotada, partimos da prática social para chegar ao gênero. Ou seja, primeiro vamos sentir a necessidade de determinados textos para resolver questões de nossa vida social para depois entender que esses textos têm características singulares e que poderemos, ao fim, tentar reproduzi-los. Conforme Kleiman (2006, p. 25), “as nossas atividades são realizadas no mundo social, em situações concretas, e é através da linguagem, nas suas diferentes modalidades, que realizamos muitas das ações que nos interessam”.

Não trato especificamente de metodologias de ensino, apenas vez que outra sugiro alguma. O fato é que várias delas podem ser mescladas e utilizadas em diferentes momentos. Haverá situações em que a tradicional exposição do professor fará sentido e será útil, mas na maior parte do tempo os alunos serão estimulados a serem agentes ativos da aprendizagem. Nesse sentido, este é um projeto que aborda resolução de problemas, que mescla on-line/off-line, que permite aulas

invertidas, debates regrados, produção de materiais pelos alunos, mapas mentais, gamificação etc. Uma ou outra fará parte das opções do professor de acordo com seu conhecimento e o contexto escolar.

Ainda, neste projeto são importantes:

- a busca pelo estímulo adequado;
- o engajamento dos estudantes;
- a organização, o planejamento e a flexibilidade do professor;
- a avaliação como um processo, com critérios definidos e divulgados;
- a definição clara de objetivos de aprendizagem;
- o permanente desafio;
- a interdisciplinaridade.

Sobre esse último ponto, quero destacar que é preciso romper com as barreiras disciplinares que tanto limitam os estudantes no entendimento da complexidade do real. Vejam, este projeto parte do componente Língua Portuguesa, mas não quer se ater a ele. Sei, no entanto, a dificuldade que é fazer isso em uma escola tradicional, que não consegue se viabilizar em outro formato que não seja o de separação dos períodos e dos professores. Ainda assim, conforme seja possível, insista para seus colegas de Humanas participarem. Aportes especialmente da História, da Filosofia e da Sociologia são essenciais.

Não mencionei neste projeto nenhuma previsão de tempo para os módulos, pois isso tem a ver com a flexibilidade pretendida. O tempo vai depender das escolhas do professor, das possibilidades da sua escola, do grau de interdisciplinaridade, do plano de estudos etc. Ainda, este é um projeto pensado para o Ensino Médio em estreita ligação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como a Base não indica uma seriação para as habilidades indicadas (como faz no caso do Ensino Fundamental), é possível aplicá-lo nas três séries.

Abaixo indico, em algumas linhas, os pressupostos teóricos e as opções metodológicas deste projeto. Esse conhecimento pode ser aprofundado na dissertação defendida no Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com o título **Letramento jurídico no ensino médio: um projeto de estudo do gênero legislação**. Este é um produto educacional considerado requisito para a obtenção do grau de mestre em Educação. O tom mais acadêmico e toda a gama de referências utilizadas para construir o pensamento aqui desenvolvido você encontra na dissertação, a ser facilmente encontrada pelo nome do autor no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Multiletramentos na escola e o letramento jurídico proposto neste projeto

Letramento. Essa palavra circula no ambiente escolar e acadêmico já há algum tempo. Foi utilizada como sinônimo de “alfabetização”, mas são conceitos distintos. Nasce na década de 1980 justamente pela “necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita” (SOARES, 2004, p. 7). Ou seja, nasce como um processo diverso ao da alfabetização. Kleiman (1995) refere que no meio acadêmico o conceito de letramento surgiu como tentativa de separar os estudos sobre a alfabetização, que destacavam as competências individuais, daqueles que tratavam sobre o “impacto social da escrita”.

O letramento pode ser visto, sob um ponto de vista cognitivo, como um conjunto de capacidades individuais, como competências adquiridas pelo indivíduo. Por outro lado, o letramento pode ser visto como **prática social que envolve o texto escrito**. Nesse sentido, é percebido de modo plural, integrando outras linguagens que não apenas a verbal, já que as práticas sociais integram a vida das pessoas, são utilizadas para atingir fins específicos, não sendo apenas um conjunto de competências “que estão armazenadas na cabeça das pessoas” (DIONÍSIO, 2007, p. 210).

Mas quando falamos em “letramento”, assim no singular, estamos de acordo com uma tendência – que em certa medida permanece – de olhar para o aluno com apenas duas possibilidades:

ou ele é “letrado” ou ele é “iletrado”. Sendo assim, para considerá-lo de uma ou outra forma, teremos que adotar um critério simplista, em geral representado pela tradicional “redação escolar”. Ou seja, fazendo uma boa redação, ali estará um aluno letrado; fazendo uma redação ruim, teremos então um aluno ainda em processo de letramento ou apenas iletrado. Por outro lado, ao observar as complexidades das diferentes situações sociais nas quais o sujeito pode se envolver, vamos perceber que para cada situação dessas ele precisará desenvolver um conjunto de instrumentos linguístico-comunicativos adequado. Diremos, então, que cada conjunto desses será constituinte de um dado letramento, cuja importância é variável e dependente da trajetória individual. É nesse sentido que se passou a considerar que os letramentos são, em verdade, múltiplos e que estão diretamente relacionados ao contexto social e às relações de identidade e poder.

Assim é que se tem letramento relativo ao contexto discursivo familiar, escolar, religioso, profissional e outros e não se pode falar de um sujeito iletrado. Se há tipos diferentes de letramento, só há sujeitos menos ou mais letrados, visto que em algum domínio discursivo ele terá mais práticas de letramento e, em outro, menos. (BEZERRA, 2007, p. 40)

À escola cabe, então, auxiliar o sujeito a desenvolver determinados letramentos, especialmente aqueles dos âmbitos mais formais, que darão a possibilidade de o sujeito, ao sair do ambiente escolar, se movimentar socialmente, instrumentalizado que estará para dar conta dos diversos contextos em que poderá se inserir. Isso significa, também, que haverá outros letramentos que serão realizados pelo sujeito fora do ambiente escolar, em outros espaços, tanto formais quanto informais, tanto de modo consciente quanto espontâneo. Esses outros letramentos precisam ser reconhecidos e valorizados pela escola como constituintes do sujeito, e serão mais ou menos importantes para cada um dependendo da trajetória de vida que será seguida.

A vertente de estudos sobre os letramentos aqui utilizada é conhecida como **Novos Estudos do Letramento**, e envolve pesquisas que buscaram identificar não o que as pessoas “sabem” sobre os textos escritos, mas sim o que elas “fazem” com eles e como os textos estão integrados nas suas vidas (DIONÍSIO, 2007). Com isso, passamos a falar em letramentos como **práticas sociais situadas**, ou seja, dependentes dos contextos sociais, jamais neutras e uniformes. Street (2006, p. 466) menciona que não é possível pensar em letramento como uma “coisa única e compacta”, pois “existem vários modos diferentes pelos quais representamos nossos usos e significados de ler e escrever em diferentes contextos sociais”. Então, os letramentos são plurais e envolvem mais do que habilidades meramente técnicas.

A visão de letramento aqui adotada, portanto, considera não apenas os aspectos individuais e cognitivos, mas sim os aspectos sociais, culturais e políticos das práticas de leitura e escrita. Nesse sentido, não basta apropriar-se do código, alfabetizar-se. É preciso compreender as relações, o contexto, os agentes, os propósitos envolvidos na leitura e escrita em determinada circunstância. Mais do que isso: saber que outras circunstâncias serão causa e consequência de outra linguagem.

Trabalhamos nesta pesquisa com a perspectiva dos letramentos múltiplos, ou **multiletramentos**. Conforme esclarece Rojo (2009, p. 109, grifos no original), esse é um conceito complexo que envolve a ideia de multisssemiose (multimodalidade de mídias), a multiculturalidade e a “*multiplicidade de práticas* de letramento que circulam em diferentes esferas da sociedade”. A autora retoma os conceitos bakhtinianos de esfera de atividade ou de circulação de discursos e o conceito de gêneros discursivos para dizer:

Na vida cotidiana, circulamos por diferentes *esferas de atividades* (doméstica e familiar, do trabalho, escolar, acadêmica, jornalística, publicitária, burocrática, religiosa, artística etc.), em diferentes posições sociais, como produtores ou receptores/consumidores de discursos, em gêneros variados, mídias diversas e em culturas também diferentes. (ROJO, 2009, p. 109)

É possível, então, circunscrever também uma esfera jurídica, ou domínio discursivo jurídico, como explicitamente menciona Marcuschi (2008). Ali estariam gêneros discursivos tais como leis, petições, decisões judiciais, contratos, em que podemos nos situar como produtores ou receptores, a depender do contexto. O fato é que há, nesse campo ou esfera, práticas sociais específicas, mediadas pela escrita, cuja compreensão vai além de decifrar o código escrito. À apropriação dessas práticas estamos chamando de **letramento jurídico**.

É preciso, para se apropriar dessas práticas, entender a posição dos agentes, as relações de poder historicamente existentes, as causas e consequências dos atos mediados pela escrita, as diferentes visões presentes na sociedade. Portanto, o trabalho com gêneros discursivos na escola a partir da perspectiva dos letramentos é muito importante, em situações de comunicação que poderão ser em parte ou totalmente fictícias, mas que simulem a realidade, em um processo de desdobramento (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004) ou desentrosamento (KLEIMAN, 2006) do gênero de referência.

Conforme será explicado no próximo item, estamos trabalhando com o conceito de **campos de atuação social** da BNCC. Em um desses campos, o de atuação na vida pública, encontramos os gêneros discursivos jurídicos. Entendemos que o estudo desses gêneros pela perspectiva das relações existentes no campo viabiliza o letramento jurídico.

Um projeto que conversa com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma realidade. Este projeto está sendo proposto em 2020, momento em que o Ensino Fundamental já está lidando com a Base no seu dia a dia, e o Ensino Médio prepara-se para o próximo ano. Alguns aspectos importantes da Base podemos citar como bastante ligados ao estudo aqui proposto.

Se olharmos para as dez competências gerais da BNCC, vemos que o presente projeto dialoga com praticamente todas. Podemos destacar: o **conhecimento** pesquisado e construído (1); a utilização do **pensamento** científico, crítico e criativo para investigar, resolver problemas e criar soluções

(2); a **linguagem** como objeto de comunicação (4); o uso de **tecnologias** digitais de informação e comunicação (5); a valorização de **saberes e experiências** para entender o mundo do trabalho (6); a **argumentação** com posicionamento ético (7); o **autoconhecimento** (8); a **empatia** e a **cooperação** (9); a **autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação** (10). Todos esses itens podem ser trabalhados em uma visão ética, crítica, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, com respeito à diversidade e aos direitos humanos, como menciona a BNCC.

Agora, se observarmos as competências específicas de Linguagens para o Ensino Médio, perceberemos que muitas delas estão presentes. Resumidamente, é possível falar na compreensão do funcionamento das diferentes linguagens e produção de discursos como forma de participação social (1); na compreensão de conflitos e relações de poder nas práticas sociais de linguagem (2); no uso de diferentes linguagens para ser protagonista da vida pessoal e coletiva com respeito ao outro (3); na compreensão da língua como fenômeno variável e heterogêneo (4); e na mobilização das práticas de linguagem no universo digital com engajamento em práticas autorais e coletivas (7).

Além disso, há diversas habilidades da área de Linguagens e do componente Língua Portuguesa para o Ensino Médio que estão presentes neste projeto. Todas estão listadas no anexo 3, junto às competências acima referidas. Optamos por não mencionar as bases estaduais, por causa da abrangência nacional do projeto.

É de se destacar, também, que trabalhamos aqui com a noção de **campos de atuação social**, um conceito inovador trazido pela Base que é organizador dos gêneros e que poderia muito bem ordenar os currículos de Língua Portuguesa. A nosso ver, esse é um conceito parecido com outros de uso mais tradicional: campo, esfera, domínio discursivo. Trata-se da percepção, acima destacada, de que cada campo, esfera ou domínio forma e é formado por gêneros discursivos. O presente projeto, ao lidar com o gênero legislação, trabalha parte do **campo de atuação na vida pública**, dentro do qual encontram-se os textos legais e também textos propositivos e reivindicatórios.

Além disso, procuramos, nos módulos, indicar atividades que dessem conta de todas as **práticas de linguagem** indicadas na Base: leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise

linguística/semiótica. Obviamente elas não ocorrem de modo homogêneo, mas é possível perceber que todas estão contempladas no projeto em momentos variados, com menos ênfase na análise linguística/semiótica, pois, como já explicado, este é um projeto com perspectiva teórica dos estudos dos letramentos e dos gêneros discursivos.

Como está organizado este material

Este material didático está organizado em três módulos após esta introdução. Cada um desses módulos está dividido por atividades, que são sugestões de passos para o estudo. No decorrer do texto, foram inseridas indicações de leituras complementares e vídeos para maior esclarecimento do professor, o que também poderá ser repassado aos alunos. Ideias e sugestões sobre as atividades foram inseridas ora no texto, ora em boxes explicativos auxiliares.

Ao final, na seção de referências, indicamos apenas os autores mencionados explicitamente neste material. A opção foi evitar a citação de muitos autores, a fim de deixar o texto mais leve, objetivo, informal e menos acadêmico. No entanto, há uma diversidade de autores utilizados para desenvolver o pensamento aqui exposto. Todos esses estão indicados na dissertação que deu origem a este produto. Nos anexos encontram-se um modelo de projeto de lei para ser utilizado em aula (1), as partes de um projeto de lei (2) e as competências e habilidades da BNCC aplicáveis a este estudo (3).

MÓDULO 1

Da prática social ao gênero

Dos problemas da cidade às leis

Neste primeiro módulo do projeto, vamos chegar ao gênero legislação a partir da busca de problemas na cidade em diversas áreas. Instigue o seu aluno a pensar nas melhorias que poderiam ser feitas no seu município.

Nesse ponto de partida é muito importante cativar os alunos para o projeto. Então, elabore estratégias diversificadas para isso, conforme o seu conhecimento da turma. Alguns alunos se sentirão motivados porque é uma oportunidade de ajudar; outros vão participar porque entendem que aprenderão sobre leis; deverá haver os que verão aqui um momento de se fazerem ouvir; e certamente também haverá os que não se motivarão de início, mas tudo bem, eles logo virão!

Perguntas norteadoras:

- Quais são os maiores problemas na cidade?
- Será que existem leis para esses problemas?
- Elas são cumpridas?
- Como podemos ajudar?

Atividades:

1. Estímulo
2. Pesquisa
3. Debate
4. Formação de grupos

1. Estímulo

Um aspecto fundamental na busca por engajamento dos estudantes é o estímulo adequado. Para isso, não basta que digamos “você deve fazer isso” ou “faça isso ou aquilo”. Talvez em outros tempos esses comandos bastassem, dada a posição de autoridade conferida ao professor pelo fato simples de estar ali como professor. Hoje não é mais assim, vocês sabem. Precisamos sempre convencer o aluno de que algo é importante para alcançar o engajamento pretendido.

Como podemos, então, estimulá-los a um projeto que lida com normas e problemas locais? Há alguns caminhos possíveis.

- 1) **Chamar a atenção para um olhar local.** Devido à globalização, hoje nossos olhos estão sempre voltados ao mundo, o que traz uma percepção interessante para o todo, mas, ao mesmo tempo, faz com que não percebamos, por vezes, o que está ao nosso redor de forma mais imediata. É importante, então, trazer esse olhar para mais perto, para o local, para aquilo que nos rodeia.
- 2) **Constatar que soluções simples podem ter grande impacto.** Os grandes problemas mundiais são na maior parte das vezes resultado de pequenas ações locais. Um bom sistema de reciclagem diminui o desperdício de materiais. Oferecer abrigo para alguém que mora na rua confere dignidade e respeito. Oportunizar uma boa escola pública é dar uma possibilidade de futuro para uma criança.
- 3) **Destacar a importância do município e da resolução dos problemas a nível local.** Essas ações são realizadas no município, que é onde nosso dia a dia acontece. É no município que vamos à escola, ao mercado, que nos encontramos com amigos, que vamos passear, comprar etc. É, portanto, nesse espaço que poderemos identificar problemas e melhorias.

Interdisciplinaridade

Contar com os professores de outras áreas desde o primeiro momento é fundamental. Se a organização de sua escola permitir, convide especialmente os professores das Ciências Humanas. Aportes da História, da Sociologia e da Filosofia enriquecerão este projeto. Se quiser aprender mais sobre o tema, há bons textos da professora Ivani Fazenda. Sugiro esta revista editada pela PUCSP com textos dela e de outros pesquisadores:

<https://www.pucsp.br/gepi/downloads/revistas/revista-6-gepi-abril15.pdf>

Ler com os alunos trechos da Constituição Federal é fundamental! No próximo módulo vou indicar alguns artigos.

4) **Referir que há um ordenamento jurídico a partir dos três entes federativos.** A relação entre município, estado e país está regulamentada a partir da Constituição Federal com o conceito de “competência”. Cada ente é “competente” para organizar determinados setores da vida social.

5) **Explicar o funcionamento das leis – sua criação e aplicação.** Sendo assim, qualquer norma precisa ser criada tendo em vista o ente competente para tal. Depois, para que ela possa entrar em vigor, há um processo bem específico, que será distinto para cada tipo de lei. Quando já estiver em vigor, ainda haverá questões de aplicação dessa lei.

Esses pontos podem fazer parte de uma fala consistente do professor, que pode ser agregada por exemplificações a partir do seu local, com imagens e vídeos. Aqui podemos ter dois sentidos: partir da fala para o exemplo ou ao contrário, do exemplo para a fala. Como estamos trabalhando com o conceito de letramentos, sugiro que partamos das práticas sociais, ou seja, daquilo que acontece no dia a dia, que os alunos percebem como importante. Essa percepção é chave para entender a necessidade de normas para regular a vida social.

2. Pesquisa

Uma pesquisa criteriosa é fundamental para avançarmos no projeto. Sugiro que em aula se lancem algumas ideias para que a pesquisa possa iniciar no ambiente escolar e continuar fora dele. O interesse, a disponibilidade, a riqueza cultural de ambientes fora da escola e especialmente os contatos com outras pessoas vão diferenciar o resultado de cada aluno.

Neste momento já é hora de o professor indicar aos alunos algumas áreas para que eles definam seus critérios de pesquisa. Abaixo listo as que me parecem mais importantes no contexto lo-

cal e exemplifico alguns pontos para se chamar a atenção. O mais importante é que os alunos percebam como esses exemplos são próximos a eles e identifiquem seu maior interesse em um ou outro.

- Meio Ambiente: coleta e seleção de lixo, parques e áreas verdes, cursos de água, poluição (do ar, das águas, sonora).
- Trânsito: agentes de trânsito, estacionamento rotativo, rodízio de placas, educação para o trânsito, ciclovias, mobilidade urbana.
- Proteção da criança e do adolescente: crianças que vivem na rua, orfanatos, abuso sexual, exploração de menores, integração social.
- Direitos Humanos: saneamento básico (é também uma questão ambiental), moradores de rua, mendicância, feminicídio.
- Segurança pública: guardas municipais, índices de crimes no município.
- Urbanismo: ruas e calçadas, contrapartidas de empresas, equipamentos públicos (praças e mobiliário urbano).
- Esporte: espaços públicos para práticas esportivas.
- Lazer: fechamento de ruas para lazer, parques municipais.
- Acessibilidade: padrão em ruas e calçadas.
- Patrimônio histórico-cultural: edifícios tombados, museus.

Importante!

Essa pesquisa inicial não é ainda de legislação. Precisamos primeiro captar a atenção dos alunos aos problemas de cada área e instigá-los a buscar soluções. Posteriormente, haverá momento para buscar as normas relacionadas a esses problemas.

Algumas dessas áreas não são de competência municipal, ou seja, sua regulação deve ser feita por outro ente, mas em todas elas há reflexos nos municípios e alguma margem de ação no nível local. É preciso agora deixar a pesquisa livre. Depois vamos filtrar os resultados e encaminhar os alunos.

3. Debate

Sugiro que se dê um tempo à pesquisa indicada anteriormente de pelo menos uma semana. Depois disso já é possível marcar um debate para que os dados coletados pelos alunos possam ser discutidos. É muito melhor que o resultado dessa pesquisa seja discutido no grande grupo do que ser apenas recebido pelo professor. Com isso, novas ideias surgirão e o momento será enriquecedor para todos.

Sabemos que apenas deixar os alunos falarem não resulta necessariamente em um debate de ideias, correndo-se o risco de virar confusão e ser tempo perdido. Por isso, o ideal é planejar um **debate regrado**. Não há apenas uma fórmula para um bom debate regrado, mas este é um plano básico que julgo interessante:

- Tenha um plano de regras inicial: tempo, oportunidade de fala, formalidade da linguagem.
- Confira à turma a possibilidade de discutir essas regras e eventualmente modificá-las ou acrescentar outros itens.
- Chegue a um acordo final sobre as regras e escreva em um breve documento.

Pasta compartilhada

Uma boa ideia é criar, desde o início do projeto, uma pasta compartilhada na nuvem especialmente para ele. Nela já poderemos incluir as regras definidas para o debate e, depois, todos os documentos criados pelos grupos. Aprendemos assim a utilizar uma ferramenta que será útil para os alunos não apenas na escola, mas também no mundo do trabalho.

4. Formação de grupos

Depois dos passos do estímulo, da pesquisa e do debate, é hora de formarmos grupos para o projeto. Nada impede que este projeto seja conduzido individualmente, mas a prática de projetos em grupo é muito mais rica, pois desenvolve competências socioemocionais, empatia, cooperação, diálogo, respeito à diversidade, possibilidade de resolução de conflitos, solidariedade etc., em acordo com as competências gerais estabelecidas pela BNCC.

O tamanho do grupo vai depender da turma e da organização geral do projeto. Posso supor que um número de quatro alunos por grupo seja interessante. Também é preciso definir se o grupo será sorteado ou escolhido pelos alunos, o que pode decorrer do grau de autonomia da turma e dos problemas de relacionamento já existentes. Sempre vou preferir grupos que sejam escolhidos pelos próprios estudantes, mas há muitas variáveis aqui: alunos de adaptação curricular (inclusão) ou com sérias dificuldades, alunos que não conseguem manter boas relações, alunos muito individualistas, outros que sabidamente não rendem em grupo, muitos que sobrecarregam colegas em atividades coletivas etc. Tudo precisa ser sopesado na hora de definir uma estratégia nesse ponto.

Daqui por diante, é preciso dar tempo aos grupos e estimulá-los à prática coletiva do projeto. Muitos trabalhos em grupo na escola se resumem a dividir as tarefas pelos componentes: “Você faz isso, eu faço isso e ele faz isso. Depois juntamos tudo e aí está o trabalho em grupo!” Essa não é uma prática coletiva, não forma cidadãos para o mundo do trabalho. É preciso debater, discordar e concordar, buscar alianças, ceder, bater o pé, encontrar o meio-termo, argumentar, discutir ideias, e não pessoas. Em uma turma, muitos saberão agir assim, outros não. Cabe ao professor identificar pontualmente os casos em que precisa interferir para favorecer esse processo. Sabemos que um trabalho em grupo, se começa mal, com desentendimentos, tende a não ter um bom resultado.

Feitas essas atividades iniciais, poderemos passar ao módulo 2, que será tempo de entender o sistema normativo e a formulação textual do gênero legislação. Porém, não podemos ser estancos ao finalizar o módulo 1. Sugiro que orientem os alunos a manter a pesquisa e o interesse pelos temas e problemas de cada grupo, o que será retomado no módulo 3. Uma boa ideia é, durante o módulo 2, propiciar breves momentos de conversa com os estudantes, perguntando como estão as pesquisas, no que avançaram, quais são as dúvidas.

MÓDULO 2

Compreensão do gênero

As leis no mundo e no Brasil

Agora, neste segundo módulo, precisamos fazer um conjunto de aulas mais conteudistas e expositivas. O tanto que as questões deste módulo serão aprofundadas vai depender do conhecimento prévio do professor e da turma, da possibilidade de interdisciplinaridade, do tempo previsto e do nível de engajamento dos estudantes. Pode não ser simples para o professor de Linguagens abordar esses pontos. Então, não fique sozinho nessa e insista para o seu colega de Humanas participar, mesmo que de modo informal.

Passearemos pelo universo das leis a fim de entender por que elas existem e como funcionam. Vai ser o momento também de ler os textos legais e compreender questões de estrutura e redação. Ao final, sugiro um breve exercício de elaboração de uma lei para fixação do que foi visto.

Perguntas norteadoras:

- Por que existem leis?
- Como funcionam as leis em nosso país?
- Quem pode criar uma norma?
- Como se aplica e fiscaliza uma lei?

Atividades:

1. Exposição: as leis no mundo e no Brasil
2. Leitura de legislação selecionada
3. Análise: estrutura e redação do texto legal
4. Produção de texto: uma lei para a turma

1. Exposição: as leis no mundo e no Brasil

Este vai ser um momento em que, ao meu ver, necessitará, ao menos de início, de aulas expositivas como metodologia principal a fim de abordar o universo das leis no campo de atuação na vida pública.

Isso é muito importante porque um gênero discursivo condiciona e é condicionado pelo seu campo. Ou seja, todas as relações existentes dentro de um campo, as posições de poder, aquilo que se considera como correto e justo, as instituições presentes e historicamente formadas etc. são relevantes para a compreensão do gênero.

Em primeiro lugar é preciso abordar com os estudantes por que surgem as leis. Para esse aspecto será fundamental uma abordagem filosófica de alguns pensadores clássicos que fundaram o contratualismo, em especial John Locke, Thomas Hobbes, Montesquieu e Rousseau. Em linhas gerais, a ideia é a de que o homem em algum momento percebe que não consegue resolver os seus conflitos e precisa delegar a instituições essa tarefa. Esse é o ponto inicial para pensarmos sobre o surgimento das leis.

Para lembrar!

O **campo de atuação na vida pública**, conforme a BNCC, inclui “os discursos/textos normativos, legais e jurídicos que regulam a convivência em sociedade”. Além disso, estão incluídos também os “discursos/textos propositivos e reivindicatórios (petições, manifestos etc.)”. Para a Base, a exploração desses textos “permite aos estudantes refletir e participar na vida pública, pautando-se pela ética” (BNCC, 2018, p. 489).

O canal **Direito sem Jurídiquês** apresenta vídeos introdutórios interessantes para esses temas. Veja o que trata de Locke e Hobbes aqui:

<https://youtu.be/7R3F-kRBghs>

E aqui um vídeo sobre Montesquieu e Rousseau:

<https://youtu.be/nCZGLLa-SnM>

Processo legislativo e tipos de normas

O processo legislativo é regulado pela Constituição Federal e deve ser observado por todos os entes federativos. No artigo 59, a CF estabelece:

Art. 59 O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Essa lei complementar é a de número 95, de 26 de fevereiro de 1998. Voltaremos a ela quando nos dedicarmos à redação do texto legal.

Sobre o processo legislativo como um todo, há uma trilha de conteúdos muito interessante feita pelo site **Politize!** Lá são desdobrados os tópicos: quem pode criar leis, tipos de leis, o trabalho das comissões, as votações no plenário, o veto presidencial. Vale a pena! Acesse aqui: <https://www.politize.com.br/trilhas/processo-legislativo/>

Outro recurso interessante é esta *playlist* bem completa da Câmara dos Deputados com vários vídeos sobre o processo legislativo:

<https://escolavirtualdecidadania.camara.leg.br/site/1138/videoaula-de-processo-legislativo/>

Depois disso, é importante dizer que as sociedades criaram suas instituições com base em sistemas diferentes. Nós temos uma tradição que remonta aos romanos, chamada em Direito de *civil law*. Nesse sistema a fonte do Direito é a lei. Outro sistema muito importante é o da *common law*, baseado muito mais nos costumes e nos precedentes judiciais (jurisprudência) do que nas leis. Esse é um sistema da tradição anglo-saxônica, utilizado hoje, dentre outros, nos Estados Unidos e na Inglaterra.

A maior ou menor abordagem histórica e filosófica desses pontos dependerá do grau de interdisciplinaridade do projeto e do interesse dos alunos. De qualquer modo, penso que é fundamental que eles não sejam ignorados, pois são a base de toda a discussão promovida a partir daqui.

Em relação ao Brasil, o primeiro ponto a se considerar é que estamos em um Estado Democrático de Direito, ou seja, um Estado (no sentido de país) governado de forma democrática e submeti-

Este é um texto básico sobre os sistemas da **civil law** e da **common law**:

<https://direitoelegal.com/2008/02/28/common-law-e-civil-law/>

Já estes são artigos que aprofundam a análise e trazem mais dados históricos:

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=c79d3508e2dc8fe8>

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-civil/sistema-civil-law-e-common-law-caracteristicas-principais-dos-dois-sistema-e-aproximacao-do-direito-brasileiro/>

do ao Direito. Para isso, temos uma lei maior, a Constituição Federal, à qual se subordinam todas as demais, chamadas de infraconstitucionais. Cada tipo de norma tem um objetivo e um processo específico de formulação, ao que se dá o nome de processo legislativo.

Precisamos entender também que cada ente federativo (União, estados, Distrito Federal e municípios) tem um conjunto de leis próprias. A relação entre os entes federativos nesse ponto é bastante lógica: cada ente tem competência para legislar em determinados assuntos, o que é regulado pela Constituição Federal. Veremos mais adiante que aos municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local.

Este é um vídeo rápido e interessante sobre a divisão do poder na federação brasileira:

<https://youtu.be/I6XG9Hc21pE>

Outros dois pontos julgo interessantes de serem trabalhados ou ao menos mencionados neste início. Um deles é a história das Constituições brasileiras, pois cada uma delas representou o pensamento político do seu período e os valores considerados primordiais, como propriedade, liberdade e igualdade social. Por fim, também é importante dizer que, embora tenhamos uma federação, no Brasil o poder é bastante centralizado na União, o que repercute em nossa estrutura institucional como um todo e particularmente no sistema legal.

2. Leitura de legislação selecionada

Neste ponto do projeto, feitos os apontamentos necessários a uma compreensão do gênero legislação, podemos passar à leitura de textos legais selecionados. Aqui o objetivo é acessar o texto legal e perceber suas particularidades de um modo bastante amplo, considerando o conteúdo e a forma. Porém, é no ponto seguinte que analisaremos a estrutura e a redação do texto legal a partir da regulamentação existente. Por isso, é importante que cativemos os alunos destacando a importância dos documentos e suas implicações para a vida de cada um. Deixemos a análise para depois.

Como sugestão, selecionei três textos para indicar a leitura: 1) Constituição Federal de 1988: como lei maior, é fundamental a leitura de alguns artigos, em especial os cinco primeiros; 2) Estatuto da Criança e do Adolescente: um texto infraconstitucional que visa prender a atenção dos alunos por ser dirigido a eles; 3) Declaração Universal dos Direitos Humanos: muito interessante por não ser exatamente uma legislação, mas sim o texto mais importante no plano da cooperação internacional e que deve de alguma forma ser internalizado pelos sistemas legais nacionais. Essas são sugestões, mas, de qualquer modo, se houver mudanças, que não se deixe de lado o ponto 1.

Outras sugestões para leitura

Código Civil
Código Penal
Código de Defesa do Consumidor
Consolidação das Leis do Trabalho
Código Florestal Brasileiro
Lei de Crimes Ambientais
Lei de Direitos Autorais

Dinâmicas de leitura

Para a leitura das leis, é importante pensar em dinâmicas variadas. O livro **Dinâmicas de leitura para a sala de aula**, de Mary Rangel, tem ótimas opções.

Entendo que não é necessário aprofundar cada ponto, apenas fazer a leitura de acordo com a dinâmica escolhida, chamando a atenção para as questões mais relevantes. De qualquer modo, cada detalhe dessa leitura pode render um trabalho bem interessante para nossos colegas de Humanas.

Constituição Federal, arts. 1º ao 5º

Essa leitura dos cinco primeiros artigos da Constituição Federal precisará ser dividida em duas partes. No primeiro momento, é importante focar nos quatro artigos iniciais, pois eles se referem aos princípios fundamentais da Constituição. No primeiro artigo estão os fundamentos da República Federativa do Brasil: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Além disso, na parte inicial (chamada de *caput*) fica estabelecido que o Brasil é formado pela “união indissolúvel” entre Estados, Municípios e Distrito Federal, constituindo-se como “Estado Democrático de Direito”. Em poucas palavras, podemos dizer

que nessa parte estão os alicerces da democracia e do pacto federativo em nosso país. Ao final, o parágrafo único diz que “o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, o que é a base da democracia representativa. O segundo artigo trata dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) e da necessária independência e harmonia entre eles (o que é chamado de sistema de freios e contrapesos - *checks and balances*). Em seguida, no art. 3º, temos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Por fim, o artigo 4º estabelece a postura brasileira nas relações internacionais.

Em um segundo momento podemos partir para o título II da CF, que vai do art. 5º ao art. 17, onde temos os direitos e garantias fundamentais, que protegem o indivíduo frente ao poder estatal. Creio que a leitura do art. 5º já nos basta para este projeto. Ele é bastante extenso, mas vale uma leitura atenta. Podemos destacar o seguinte: direitos fundamentais (vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade), no *caput*; igualdade entre homens e mulheres (I); princípio da legalidade (II); a livre manifestação do pensamento (IV); liberdade religiosa (VI); liberdade de expressão (IX); função social da propriedade (XXIII); princípio da anterioridade da lei penal (XXXIX); racismo como crime inafiançável e imprescritível (XLII).

Para a leitura, prefira uma versão disponibilizada por órgão governamental, para garantir que é a mais atualizada. A da Presidência da República é esta: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. É o que diz o inciso II do art. 5º. Isso

é muito importante para o nosso projeto, pois estabelece a necessidade de normas para a vida social. Vale chamar a atenção!

Um vídeo interessante sobre o tema foi produzido pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pode ser acessado aqui: <https://youtu.be/u5eSjdjodh0>

Percebam que o vídeo diferencia **princípio da legalidade** de **princípio da reserva legal**, que é quando alguma matéria só pode ser regulada por lei, e não por outros tipos de norma.

Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/1990), arts. 1º ao 18-B.

Esta é uma clássica lei infraconstitucional (que se subordina à Constituição) do tipo lei ordinária. Trata-se de um documento muito importante, cujo conhecimento por parte daqueles a quem ele busca proteger – crianças e adolescentes – é fundamental para a vida social. No entanto, percebe-se que nem mesmo a sua existência é conhecida por esse público. Por isso, entendo que acessar essa lei e ler alguns de seus artigos é algo muito interessante para este projeto.

Nos artigos selecionados temos os principais direitos das crianças e dos adolescentes. No capítulo 1, aspectos relacionados à vida e à saúde; no capítulo 2, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Sugiro destacar: quem são as crianças e quem são os adolescentes de acordo com a lei (art. 2º); a prioridade em relação a direitos (art. 4º); encaminhamento em casos de maus-tratos (art. 13); o direito à liberdade (art. 16); a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral (art. 17); o direito à educação sem castigos (art. 18-A).

Mesmo sendo esses os artigos selecionados para este projeto, há outros temas que podem interessar aos estudantes nos artigos seguintes. É interessante mencionar os tópicos e deixá-los livres para pesquisar e se aprofundar, pois são temas que podem tocá-los individualmente, de acordo com o contexto de cada um. O capítulo III trata do direito à convivência familiar e comunitária e o que se entende por família natural e substituta, com temas como guarda, tutela e adoção. O capítulo IV detalha o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Já o capítulo V refere o direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Decretos do executivo e medidas provisórias

Estamos neste estudo tratando de leis, mas há duas normas que estão bastante em voga: o decreto do executivo e a medida provisória.

A medida provisória é exclusiva do Presidente da República. Ela tem força de lei e vigora por até 120 dias. Nesse tempo terá que virar lei pela aprovação do Poder Legislativo.

Já o Decreto é utilizado para regulamentar uma lei, ou seja, detalhar ou especificar uma lei já existente. Ele é exclusivo do chefe do Poder Executivo: prefeito, governador ou presidente. É muito utilizado nos municípios.

O canal **Pensar Direito** tem um vídeo simples e direto sobre o assunto. Veja aqui: <https://youtu.be/RAjWVQxFGZ8>

Como esta é uma lei que pode sofrer alterações pela edição de novas leis que a alterem, é bem importante cuidar com a fonte, para que seja a versão mais atualizada. Novamente oriento a procurar nos órgãos oficiais. Esta é a versão disponibilizada pela Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Esse é um texto que merece sua leitura completa. Trata-se de um documento de 1948, fruto do clima de cooperação internacional após a Segunda Guerra Mundial, o que já havia redundado na criação da Organização das Nações Unidas, em 1945.

Não é uma lei, não vincula os países, sendo considerada apenas uma referência. Porém, seu estabelecimento resultou na adoção de tratados internacionais, como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Estes sim são vinculantes para os países signatários, os quais precisam internalizar tais normas em seus sistemas legais. Ou seja, a declaração gerou tratados, que resultaram em normas dentro dos países. Exemplos dessa internalização são os documentos lidos anteriormente: a Constituição Federal de 1988 nos artigos indicados neste projeto e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vale a leitura paciente dos trinta artigos. Pedir que os alunos se agrupem em duplas ou trios e elejam o artigo mais interessante e, depois, que busquem visualizar aquele direito ou valor no seu dia a dia é uma ótima ideia.

Direitos humanos

Vale instigar a turma a questionar o que seriam “direitos humanos” em um mundo tão diverso. É possível chegar a um consenso sobre valores essenciais para todos os povos? No fim das contas, não é a cultura ocidental que prevalece? Como questionar práticas de povos tradicionais que atentem contra os valores ditados no documento?

Um passeio pela Filosofia, História e Religião será de grande importância se houver tempo e interesse.

Há muitas traduções desse documento. Sugiro a leitura a partir do site da ONU aqui: <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>.

Soft law e hard law

Em Direito Internacional, esses conceitos são bem importantes. A *soft law* é um tipo de acordo que não vincula os países, como exemplo uma declaração ou uma resolução. Já a *hard law* é vinculante, ou seja, gera obrigações aos países, desde que sejam signatários do documento.

3. Análise: estrutura e redação do texto legal

O que nos interessa, neste projeto, é a prática social, a circulação do gênero no campo, a sua função e realização em situações específicas, de acordo com o ponto de vista teórico dos estudos dos letramentos como práticas sociais e também dos gêneros discursivos. Por isso, não adentraremos em detalhes formais dos textos legais, o que poderia ser objeto de estudos nas áreas da linguística textual ou mesmo da gramática normativa, dentre outras. Aqui vamos apenas observar, de um modo bastante amplo, que há uma regulação para a estrutura, organização e redação das leis. Nada impede que o professor inclua no seu projeto uma análise linguística de alguma lei ou mesmo dos artigos dos textos aqui indicados.

O processo de organização das leis é regulado pela Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, conforme foi determinado pelo parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Pontuo abaixo algumas questões importantes de serem observadas de acordo com essa regulamentação. No anexo 2 é possível visualizar os elementos estruturais.

Em relação à estrutura e organização geral:

- A lei tem três partes básicas: preliminar, normativa e final (art. 3º).
- A **parte preliminar** deve apresentar epígrafe, ementa e preâmbulo (arts. 4º, 5º e 6º); a **parte normativa** é constituída pelos artigos centrais da lei; já na **parte final** estará a vigência da lei (art. 8º).

- A unidade básica é o “artigo”, indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal em seguida (art. 10, I).
- Os **artigos** desdobram-se em parágrafos ou incisos, os **parágrafos** em **incisos**, os incisos em alíneas e as **alíneas** em **itens** (art. 10, II). Importante também observar que a parte inicial do artigo é denominada de **caput** (“cabeça”, em latim).
- Os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico “§”, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão “parágrafo único” por extenso (art. 10, III).
- Os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos (art. 10, IV).

Em relação à linguagem, para obtenção de clareza e precisão:

- Uso de palavras preferencialmente em **sentido comum** (art. 11, I, a).
- Uso de **frases curtas e concisas** (art. 11, I, b).
- Construção de orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis (art. 11, I, c).
- Busca de **uniformidade do tempo verbal** em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente (art. 11, I, d).
- Uso de recursos de **pontuação de forma cautelosa**, evitando os abusos de caráter estilístico (art. 11, I, e).
- Em repetição de ideias, preferência pelas mesmas palavras, **evitando o emprego de sinonímia** com propósito meramente estilístico (art. 11, II, b).

Se a opção for a inclusão de uma **análise linguística** no projeto, há outros pontos interessantes: efeitos de sentido causados pelas escolhas lexicais; o uso do imperativo; palavras e expressões que indicam circunstância; palavras e expressões que indicam generalidade; modalização deontica.

Esses itens fazem parte das habilidades descritas para o Ensino Fundamental: EF69LP20, EF69LP27, EF69LP28. Como a parte da BNCC para o Ensino Médio tem um caráter de continuação e aprofundamento do Ensino Fundamental, creio ser útil considerar tais habilidades.

- Cuidado no emprego de expressão ou palavra que confira **duplo sentido ao texto** (art. 11, II, c).
- Escolha de termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, **evitando o uso de expressões locais ou regionais** (art. 11, II, d).
- Uso de siglas consagradas, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado (art. 11, II, e).

Após a observação desses itens, é importante que os alunos tenham um tempo para verificar se os textos lidos anteriormente cumprem fielmente essa regulação. Sugiro pedir que eles olhem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é uma lei ordinária infraconstitucional. É possível dividir a turma em grupos para que eles debatam, busquem consensos e, depois, compartilhem o resultado com os demais.

O ECA é dividido em parte geral e parte especial, e estas em títulos, capítulos, seções e subseções. Na parte preliminar, o ECA apresenta epígrafe com o número da lei e seu ano de promulgação. Na ementa está o objeto da lei: “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. No preâmbulo está a instituição competente para o ato, no caso a Presidência da República. Na parte normativa, a lei utiliza todas as indicações referentes ao processo legislativo. Podemos chamar a atenção para a numeração ordinal dos artigos até o nono e cardinal na sequência; a presença de parágrafos, incisos e alíneas. Já na parte final, a partir do art. 266, estão a vigência da lei e a revogação de leis anteriores sobre a matéria, o que significa que estas passam a não ter valor normativo.

Para finalizar este módulo, que tal uma breve redação de um texto normativo? Quem sabe um momento que una estudo e descontração?

4. Produção de texto: uma lei para a turma

Com algum cuidado para não “ferir suscetibilidades”, e de acordo com a relação existente entre professor e turma e entre colegas, podemos fazer um breve exercício para fixar a estrutura e redação das leis. Cada grupo de alunos pode ficar responsável pela redação de um artigo de uma possível lei para regular o dia a dia da turma. Instigue-os a usar o que observaram no ponto anterior. É interessante reservar alguns voluntários para colocar esses artigos em uma ordem lógica e separar a “lei” em partes ou capítulos, títulos etc. Essa seria a parte normativa da lei. Ao final, a turma em conjunto pode elaborar a parte preliminar (epígrafe, ementa e preâmbulo) e a final, para incluir a vigência.

Importante!

Embora seja um momento de descontração, pois surgirão muitos assuntos relacionados a comportamentos e atitudes dos estudantes, insista para que a lei tenha a estrutura e a redação adequadas. Ou seja, o conteúdo poderá ser fictício, mas a forma precisa se aproximar ao máximo das características do gênero. Vale observar o anexo 1, que é o modelo de projeto de lei que será utilizado no módulo 3, e o anexo 2, que indica os elementos principais do projeto.

MÓDULO 3

Pesquisa e produção

Buscando soluções para problemas locais

Este é o módulo final, em que instigaremos uma pesquisa mais aprofundada sobre as questões locais em busca de lacunas ou não cumprimento da legislação. Haverá, por isso, dois caminhos a seguir: se não há leis para o problema detectado, vamos criar um texto legal de acordo com as regras para isso; se há leis, então que busquemos produzir textos para divulgar o problema à sociedade ou cobrar das autoridades competentes.

Vamos retomar os grupos formados no módulo 1 e a pesquisa já iniciada. É hora efetivamente de localizar os problemas ou melhorias no município e verificar se há normas para as questões encontradas.

Perguntas norteadoras:

- Qual é a área que me interessa no meu município?
 - Quais problemas ou melhorias eu consigo detectar?
 - Quais são as leis que tratam disso?
 - Elas são suficientes?
 - O que eu posso fazer para ajudar?
-

Atividades:

1. Pesquisa em grupos
 - 1.1 Retomada do módulo 1: escolha de uma área no âmbito municipal e pesquisa geral sobre problemas ou melhorias nessa área
 - 1.2 Busca de legislação municipal
 2. Exposição dos grupos para a turma
 3. Produção - Caminhos
 - 3.1 Não há normas para o problema
 - 3.2 Há normas para o problema
-

1. Pesquisa em grupos

Agora é o momento de retornarmos ao trabalho em grupo iniciado no módulo 1, quando formamos os grupos e pensamos sobre os problemas locais e as possibilidades e interesses de cada um. Esperamos que agora, passado o módulo 2, eles tenham avançado na pesquisa e qualificado seu olhar.

1.1 Retomada do módulo 1: escolha de uma área no âmbito municipal e pesquisa geral sobre problemas ou melhorias nessa área

No módulo 1 listei algumas áreas interessantes para que o professor sugerisse aos alunos. Agora é o momento de os grupos definirem qual área irão pesquisar.

Um primeiro ponto importante nessa escolha é pensar se o município pode legislar (ou até que ponto pode) na área escolhida. A isso dá-se o nome de **competência**, que é um processo um tanto complexo, regulado na Constituição Federal no Título III, quando trata da organização do Es-

tado. Não creio que seja necessário aprofundar esse estudo neste projeto, mas vale mencionar alguns pontos e indicar leituras adicionais.

De um modo geral, a Constituição Federal de 1988 outorga autonomia aos municípios, que se organizam a partir de uma **Lei Orgânica** (art. 29). Cabe aos municípios legislar sobre matérias de **interesse local** (art. 30, I) e **suplementar a legislação federal e estadual** (art. 30, II). No entanto, é preciso observar que há matérias sobre as quais apenas a União pode legislar (competência privativa), que estão elencadas no art. 22; e que existem áreas de competência comum aos três entes (art. 23).

Portanto, podemos orientar os alunos a buscarem aquilo que realmente eles consideram de interesse local. Como estamos na Educação Básica, não precisamos entrar nas muitas divergências jurídicas sobre o alcance do termo “interesse local”. Deixemos esse problema para as instâncias que porventura venham a aproveitar as ideias saídas deste projeto.

Neste momento, é de se esperar que, além dos grupos já formados, estes já tenham iniciado as pesquisas sobre seus assuntos. Com as aulas do módulo 2, é possível aprofundar a pesquisa iniciada ou filtrar melhor os resultados. Sugiro, então, um conjunto de aulas exclusivamente para a pesquisa em ambiente propício. A depender do tempo destinado a isso, também pode ser importante que alguma parte da pesquisa seja feita em casa, pois um afastamento e a conversa com outras pessoas podem ser frutíferos, mas é fundamental estimular o compartilhamento de

Estes dois textos são esclarecedores sobre a questão da **competência municipal**:

<https://jus.com.br/artigos/14240/o-municipio-na-constituicao-brasileira-competencia-legislativa>

<https://allanamurbach.jusbrasil.com.br/artigos/381649439/competencias-dos-municipios>

Como orientar a pesquisa em grupo

- Organize o espaço.
- Disponibilize aparato tecnológico adequado.
- Favoreça um ambiente de criatividade e trabalho.
- Crie um roteiro com a turma: de um **brainstorming** inicial ao resultado final esperado.
- Em cada período de aula, dê tarefas concretas.
- Estabeleça metas para o dia.
- Valorize não apenas o resultado, mas especialmente o esforço de cada um.

ideias, os debates e a busca de consensos nos grupos. Vamos lembrar que essa é uma atividade em equipe. Sendo assim, tentemos evitar a tendência natural dos trabalhos em grupo na escola: dividir as tarefas para cada pessoa e depois juntar tudo no final. Geralmente esse processo resulta em um trabalho sem unidade.

1.2 Busca de legislação

Esse também será o momento de buscar a legislação municipal que trata do tema. Existe um site especial para isso, que é o Leis Municipais (<https://leismunicipais.com.br/>). Então é por ele que os grupos vão navegar! Ao entrar no site, é possível pesquisar por município e por área de interesse. Atenção para tentar ser o mais específico possível nas palavras-chave da busca, pois a lista de resultados pode ficar muito extensa.

Essa é uma opção. A depender do contexto do seu município e da sua escola, também é possível buscar alternativas, como o site da prefeitura ou da câmara de vereadores, ou mesmo um contato direto com essas instituições. Quem sabe alguém possa vir à escola assessorar o projeto, como um vereador, um funcionário público que lida com as leis municipais ou mesmo um advogado da cidade. Qualquer dessas alternativas certamente irá somar ao projeto e à riqueza de conhecimentos e experiências dos alunos.

2. Exposição dos grupos para a turma

O momento de expor os resultados para a turma é muito importante. Aqui desenvolvemos não só a **oralidade** como prática de linguagem, mas a capacidade de sintetizar aquilo que foi pesquisado – o que envolve saber o que é mais importante e, portanto, deve ser incluído na apresentação – e de organização, pois novamente será preciso dialogar, fazer concessões, chegar a consensos.

Por um lado, lideranças precisarão ter dosada sua atitude; por outro, os mais tímidos deverão ser encorajados a contribuir.

E como fazer essa exposição? Apresentações sempre são um ótimo recurso, o que pode ser feito no tradicional PowerPoint ou no Google Apresentações, mas também é interessante sugerir outras plataformas, como o Canva, ou deixá-los livres para inovar. Orientar os alunos a tentar “sair da caixinha” e desafiá-los a surpreender a turma pode ser uma ótima ideia aqui. O incentivo pode ser: “Faça algo que você nunca fez”. Os materiais poderão depois ficar disponíveis aos colegas na pasta compartilhada deste projeto.

O que precisamos oportunizar para cada grupo é o momento de exposição e também o momento de **contribuição** da turma, o que vai valorizar e incrementar o trabalho apresentado. Instigue os colegas a dar sua opinião sobre o tema do grupo e os resultados da pesquisa. Pode-se deixá-los à vontade para isso, mas o resultado pode ser um silêncio absoluto. Nesse caso, tenha um plano B: organize alguma forma de resposta para o grupo que está apresentando. Quem sabe defina previamente qual aluno vai comentar ou mesmo qual dos outros grupos terá a incumbência de fazer apontamentos ao trabalho dos colegas

3. Produção - Caminhos

Feitas as apresentações, chegamos ao último passo, que é, basicamente, “o que fazer com tudo isso?”. Se o projeto terminar aqui, creio que o ganho já terá sido enorme no que tange ao entendimento do campo jurídico e à percepção de relevantes questões locais. Agora, se houver tempo e disposição, continuemos para tentar dar algum retorno à comunidade. Assim, traremos maior significado a todo o estudo anterior e contribuiremos de fato para a formação cidadã de nossos alunos.

Haverá dois caminhos a seguir: ou o grupo não encontrou normas para o problema detectado e, assim, tentará propor um texto legal; ou o grupo verificou que já há normas suficientes, porém pode existir algum problema no seu efetivo cumprimento.

Parlamento Jovem Brasileiro

Esse é um programa muito interessante da Câmara dos Deputados voltado a estudantes do Ensino Médio que simula uma jornada parlamentar, desde a elaboração de proposta legislativa nacional até a posse e o exercício do mandato por cinco dias em Brasília. Vale visitar o site e se informar:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem>

Deputado por um dia (RS)

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul promove todo ano um evento que leva estudantes das escolas selecionadas a elaborar, discutir e votar projetos de lei. Veja aqui:

<http://www2.al.rs.gov.br/escola/Deputadoporumdia/tabid/2348/Default.aspx>

Informe-se sobre programas semelhantes no seu estado e município.

3.1 Não há normas para o problema

Neste caso, partiremos para a produção de um texto legal. No anexo 1 trago um modelo de Projeto de Lei adaptado do programa Parlamento Jovem Brasileiro, da Câmara dos Deputados. O modelo é para uma lei bastante simples, mas, se o projeto de algum grupo for mais extenso ou complexo, oriente a inclusão de título, capítulos, seções e subseções. A **parte preliminar** deve apresentar epígrafe, ementa e preâmbulo; na **parte normativa**, atenção para a numeração ordinal dos artigos até o nono e cardinal na sequência, além da presença de parágrafos, incisos e alíneas; já na **parte final** deverá constar a vigência da lei. No anexo 2 é possível visualizar esses elementos.

Espera-se que neste momento os estudantes já tenham se apropriado dos elementos básicos referentes à estrutura de uma lei. Ainda assim, pode ser importante retomar alguns pontos do módulo anterior. Portanto, é interessante fazer uma revisão do que já foi visto.

Sugiro que os alunos sejam instados a elaborar o projeto por meio de um documento compartilhado na nuvem, assim todos terão acesso e poderão redigir conjuntamente o texto, além de aprender um importante recurso tecnológico atual. Os textos depois poderão ficar na pasta compartilhada deste projeto. Pode ser dado tempo em aula para isso, mas também é importante um pouco de afastamento do ambiente escolar para proporcionar maior reflexão sobre o assunto, conversa com familiares, pesquisas adicionais. É importante também um acompanhamento do professor. Para isso, pode-se disponibilizar momentos em aulas seguintes para conversar sobre o andamento da redação e assim serem feitos os ajustes necessários.

Findo o prazo e o texto pronto, será novamente um momento de **compartilhar os resultados** entre os grupos. Muito interessante seria trocar os projetos de lei entre os grupos para cada um analisar o texto do outro. Um momento final de comentários gerais sobre essas análises pode muito bem encerrar esse ciclo de estudo.

O passo seguinte é o de tentar dar vida à proposta de cada grupo. A depender da rede de relações da escola, dos alunos ou mesmo do professor, é possível entregar essa produção para a Câmara de Vereadores ou mesmo para algum vereador em específico, um secretário municipal ou quem sabe o próprio prefeito. Conforme a Lei Orgânica municipal (que é necessário buscar conhecer), esses entes terão legitimidade para dar encaminhamento ao projeto de lei. Veja também se o seu município por acaso não tem um meio virtual de recebimento de propostas legislativas.

Outro caminho é a obtenção de assinaturas para que o projeto de lei seja encaminhado via **iniciativa popular**. Porém, é muito difícil conseguir chegar ao número mínimo de assinaturas dentro do estudo que estamos propondo aqui. A Constituição Federal, no art. 29, XIII, refere que a iniciativa popular no âmbito municipal deve ter a manifestação de, ao menos, 5% do eleitorado. Se pensarmos em uma cidade com 50 mil eleitores, por exemplo, isso daria 2.500 eleitores. Ou seja, podemos até imaginar que alguma boa ideia surgida neste projeto possa alcançar esse número de eleitores um dia, mas certamente isso não acontecerá no tempo que dispomos para sua execução.

Ideia!

Embora não seja o foco deste projeto, também é interessante, conforme o contexto escolar, instigar os estudantes a produzirem outros gêneros para divulgar o assunto pesquisado, como **reportagens**, **artigos de opinião** e **crônicas**. Esses textos podem ser enviados aos meios de comunicação locais ou mesmo serem incluídos no site da escola ou em site ou blog específico do projeto.

3.2 Há normas para o problema

Outro caminho que pode ser percorrido por um ou mais grupos é quando se encontra a legislação para o problema. Nesse caso, produzir outro texto legal pode não fazer sentido. Ainda assim, é preciso perceber se a norma encontrada dá conta da complexidade da questão ou se ela poderia por

acaso ser melhorada, se algum ponto não está claro, se elementos poderiam ser acrescentados. Nessas situações, vale indicar ao grupo a produção de um texto legal que deverá, na ementa, começar com os termos “Acrescenta”, “Inclui”, “Modifica”, “Altera”, e assim indicar a lei já existente e os artigos a serem incluídos, suprimidos ou modificados, seguindo depois conforme o tópico anterior.

Mas vamos imaginar uma situação em que não há o que fazer, que qualquer nova norma será redundante e desnecessária. O grupo, nesse caso, pode perceber que a norma já existente não é cumprida total ou parcialmente. Será preciso, então, saber quem seria o responsável por cumpri-la. É o poder executivo (prefeito)? É o legislativo (vereadores)? É algum órgão ou agente da administração pública municipal?

É interessante que o grupo, então, redija um documento para esse responsável cobrando o cumprimento da lei ou pedindo informações sobre o porquê do seu não cumprimento. O melhor gênero para isso é a **Carta Argumentativa**. Nessa carta, endereçada à autoridade competente, o grupo vai argumentar sobre a necessidade de cumprimento da lei. É importante valorizar o tema de que trata a norma, informar sobre a não necessidade de novas leis, dizer que ele (destinatário) deveria estar fazendo isso ou aquilo e, por fim, questionar os motivos pelos quais não está havendo cumprimento. É fundamental que todo o grupo assine a carta e que seja incluída a informação de que se trata de representantes de determinada escola, a fim de dar um caráter mais institucional ao contato. Obviamente que, para isso, teremos que ter o aval da autoridade máxima dentro da escola.

Vale também a dica do ponto anterior: a redação de outros gêneros, como artigos de opinião, reportagens e crônicas, com o envio aos órgãos de mídia local ou a publicação em sites ou blogs.

UM CONVITE A VOCÊ, PROFESSOR

Espero que a primeira versão deste projeto tenha contribuído para a formação de seus alunos. Quero propor que possamos aperfeiçoá-lo de forma colaborativa. Vamos juntos construir uma nova edição? Para isso, aguardo seus comentários e sugestões no formulário a seguir:

<https://forms.gle/2zGKevoovQSSRg5h7>

Agradeço o tempo destinado a olhar e aplicar este material. Aguardo ansiosamente a sua contribuição.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 37-46.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Guia do Parlamento Jovem Brasileiro**. PJB: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem>. Acesso em: 02.05.2020. p. 28.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 11 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2019.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Educação e os estudos atuais sobre letramento. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, 209-224, jan./jun. 2007.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 35-60.

KLEIMAN, Angela. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento**: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

KLEIMAN, Angela. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In: BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 23-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

RANGEL, Mary. **Dinâmicas de leitura para sala de aula**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, Abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2019.

STREET, Brian. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Filol. Linguíst. Port.**, n. 8, p. 465-488, 2006.

ANEXO 1 – Modelo de projeto de lei

PROJETO DE LEI Nº ____, DE 2020

(Do Sr. ou Sra. nome completo do(a) estudante)

Determina/Acrescenta/Altera/Cria/Institui/Dispõe sobre _____

O Prefeito Municipal de _____,

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu, em cumprimento ao Artigo ____, Inciso ____ da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei _____

Art. 2º _____

Art. ... Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Esta proposta de lei tem por objetivo _____

À vista do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares nessa iniciativa.

Sala de sessões, em ____ de _____ de 2020
Vereador(a) NOME COMPLETO DO(A) ESTUDANTE

* Modelo baseado em proposta do programa **Parlamento Jovem Brasileiro**, da Câmara dos Deputados. Acessar original e exemplos aqui: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/sou-estudante/material-de-apoio-para-estudantes/modelo-de-projeto-de-lei>

ANEXO 2 – Partes do projeto de lei

PROJETO DE _____ Nº, DE 2020 (Do Sr. ou Sra. nome do estudante completo)	EPÍGRAFE E AUTORIA
Determina/Acrésceta/ Altera	EMENTA
O Congresso Nacional decreta:	PREÂMBULO
Art. 1º Esta Lei _____ _____	ENUNCIADO DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA NORMA
Art. 2º _____ _____	
Art. ... Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	PRAZO DE VIGÊNCIA
Justificativa Esta proposição tem por objetivo _____ _____ _____ À vista do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares nessa iniciativa.	JUSTIFICATIVA
Sala de sessões, em ___ de _____ de 2020 Deputado (a) nome do estudante completo	FECHO

Fonte: BRASIL. Câmara dos Deputados. Guia do Parlamento Jovem Brasileiro. PJB: Brasília, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem>. Acesso em: 02.05.2020. p. 28

ANEXO 3 – Competências e habilidades da BNCC aplicáveis a este projeto

Competências Gerais

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

<p>Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p>
<p>Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p>Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>

<p>Competências específicas de Linguagens e suas Tecnologias para o Ensino Médio</p>	
<p>1</p>	<p>Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.</p>
<p>2</p>	<p>Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p>3</p>	<p>Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.</p>

4	Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5	Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6	Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
7	Mobilizar práticas de linguagem no universo digital, considerando as dimensões técnicas, críticas, criativas, éticas e estéticas, para expandir as formas de produzir sentidos, de engajar-se em práticas autorais e coletivas, e de aprender a aprender nos campos da ciência, cultura, trabalho, informação e vida pessoal e coletiva.

Cód. Hab	Habilidades de Linguagens e suas Tecnologias para o Ensino Médio (aplicáveis a este projeto)
EM13LGG101	Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.
EM13LGG102	Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.
EM13LGG103	Analisar o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses (visuais, verbais, sonoras, gestuais).

EM13LGG104	Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta seus funcionamentos, para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social.
EM13LGG201	Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
EM13LGG202	Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.
EM13LGG203	Analisar os diálogos e os processos de disputa por legitimidade nas práticas de linguagem e em suas produções (artísticas, corporais e verbais).
EM13LGG204	Dialogar e produzir entendimento mútuo, nas diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais), com vistas ao interesse comum pautado em princípios e valores de equidade assentados na democracia e nos Direitos Humanos.
EM13LGG301	Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.
EM13LGG302	Posicionar-se criticamente diante de diversas visões de mundo presentes nos discursos em diferentes linguagens, levando em conta seus contextos de produção e de circulação.
EM13LGG303	Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.
EM13LGG304	Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global.
EM13LGG305	Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética.

EM13LGG401	Analisar criticamente textos de modo a compreender e caracterizar as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, cultural, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.
EM13LGG402	Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.
EM13LGG701	Explorar tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), compreendendo seus princípios e funcionalidades, e utilizá-las de modo ético, criativo, responsável e adequado a práticas de linguagem em diferentes contextos.
EM13LGG703	Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.
EM13LGG704	Apropriar-se criticamente de processos de pesquisa e busca de informação, por meio de ferramentas e dos novos formatos de produção e distribuição do conhecimento na cultura de rede.

Cód. Hab	Habilidades de Língua Portuguesa para o Ensino Médio (aplicáveis a este projeto)	Compe- tências Específi- cas	Campos de Atuação Social
EM13LP01	Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.	2	Todos os Campos de atuação social
EM13LP02	Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.).	1	Todos os Campos de atuação social
EM13LP03	Analisar relações de intertextualidade e interdiscursividade que permitam a explicitação de relações dialógicas, a identificação de posicionamentos ou de perspectivas, a compreensão de paráfrases, paródias e estilizações, entre outras possibilidades.	1	Todos os Campos de atuação social
EM13LP04	Estabelecer relações de interdiscursividade e intertextualidade para explicitar, sustentar e conferir consistência a posicionamentos e para construir e corroborar explicações e relatos, fazendo uso de citações e paráfrases devidamente marcadas.	1	Todos os Campos de atuação social

EM13LP05	Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.	3	Todos os Campos de atuação social
EM13LP06	Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.	1	Todos os Campos de atuação social
EM13LP07	Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção.	1	Todos os Campos de atuação social
EM13LP08	Analisar elementos e aspectos da sintaxe do português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa.	1	Todos os Campos de atuação social

EM13LP11	Fazer curadoria de informação, tendo em vista diferentes propósitos e projetos discursivos.	7	Todos os Campos de atuação social
EM13LP12	Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.	1,7	Todos os Campos de atuação social
EM13LP15	Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir.	1,3	Todos os Campos de atuação social
EM13LP16	Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.).	1,4	Todos os Campos de atuação social

EM13LP23	Analisar criticamente o histórico e o discurso político de candidatos, propagandas políticas, políticas públicas, programas e propostas de governo, de forma a participar do debate político e tomar decisões conscientes e fundamentadas.	1,7	Campo de atuação na vida pública
EM13LP24	Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promover uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.	1	Campo de atuação na vida pública
EM13LP25	Participar de reuniões na escola (conselho de escola e de classe, grêmio livre etc.), agremiações, coletivos ou movimentos, entre outros, em debates, assembleias, fóruns de discussão etc., exercitando a escuta atenta, respeitando seu turno e tempo de fala, posicionando-se de forma fundamentada, respeitosa e ética diante da apresentação de propostas e defesas de opiniões, usando estratégias linguísticas típicas de negociação e de apoio e/ou de consideração do discurso do outro (como solicitar esclarecimento, detalhamento, fazer referência direta ou retomar a fala do outro, parafraseando-a para endossá-la, enfatizá-la, complementá-la ou enfraquecê-la), considerando propostas alternativas e reformulando seu posicionamento, quando for caso, com vistas ao entendimento e ao bem comum.	1,2,3	Campo de atuação na vida pública
EM13LP26	Relacionar textos e documentos legais e normativos de âmbito universal, nacional, local ou escolar que envolvam a definição de direitos e deveres - em especial, os voltados a adolescentes e jovens - aos seus contextos de produção, identificando ou inferindo possíveis motivações e finalidades, como forma de ampliar a compreensão desses direitos e deveres.	1	Campo de atuação na vida pública

EM13LP27	Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.	3	Campo de atuação na vida pública
EM13LP28	Organizar situações de estudo e utilizar procedimentos e estratégias de leitura adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão.	3,7	Campo das práticas de estudo e pesquisa
EM13LP29	Resumir e resenhar textos, por meio do uso de paráfrases, de marcas do discurso reportado e de citações, para uso em textos de divulgação de estudos e pesquisas.	2,3	Campo das práticas de estudo e pesquisa
EM13LP30	Realizar pesquisas de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimento científico, levantamento de dados etc.), usando fontes abertas e confiáveis, registrando o processo e comunicando os resultados, tendo em vista os objetivos pretendidos e demais elementos do contexto de produção, como forma de compreender como o conhecimento científico é produzido e apropriar-se dos procedimentos e dos gêneros textuais envolvidos na realização de pesquisas.	7	Campo das práticas de estudo e pesquisa
EM13LP32	Selecionar informações e dados necessários para uma dada pesquisa (sem excedê-los) em diferentes fontes (orais, impressas, digitais etc.) e comparar autonomamente esses conteúdos, levando em conta seus contextos de produção, referências e índices de confiabilidade, e percebendo coincidências, complementaridades, contradições, erros ou imprecisões conceituais e de dados, de forma a compreender e posicionar-se criticamente sobre esses conteúdos e estabelecer recortes precisos.	7	Campo das práticas de estudo e pesquisa

EM13LP33	Selecionar, elaborar e utilizar instrumentos de coleta de dados e informações (questionários, enquetes, mapeamentos, opinários) e de tratamento e análise dos conteúdos obtidos, que atendam adequadamente a diferentes objetivos de pesquisa.	3	Campo das práticas de estudo e pesquisa
EM13LP35	Utilizar adequadamente ferramentas de apoio a apresentações orais, escolhendo e usando tipos e tamanhos de fontes que permitam boa visualização, topicalizando e/ou organizando o conteúdo em itens, inserindo de forma adequada imagens, gráficos, tabelas, formas e elementos gráficos, dimensionando a quantidade texto e imagem por <i>slide</i> e usando, de forma harmônica, recursos (efeitos de transição, <i>slides</i> mestres, <i>layouts</i> personalizados, gravação de áudios em <i>slides</i> etc.).	7	Campo das práticas de estudo e pesquisa

NA LETRA DA LEI

**Um projeto de letramento
jurídico para o Ensino Médio**